

12 MAR 1986

Hora do Resgate

POUCAS vezes o Congresso Nacional sofreu erosão tão grande em seu prestígio como no ano passado, quando, pondo-se a remar contra a corrente das expectativas de austeridade, manteve sua canoa carregada de privilégios e mordomias. Agora, sensibilizados pela unanimidade dos brasileiros em torno do programa de estabilização, parlamentares de destaque acordam e movimentam-se no sentido de resgatar a imagem da instituição.

Em 1985, os presidentes da Câmara e do Senado levaram o seu *esprit de corps* ao ponto de requisitar horário à televisão e ao rádio para fazer uma constrangedora defesa do Congresso ante a barragem de críticas que o alvejavam por causa dos trens da alegria e do escândalo dos jetons. Desta vez, vem do interior do partido majoritário a iniciativa de eliminar os próprios privilégios, bem como os que foram concedidos, em matéria fiscal, a magistrados e militares.

São auspiciosas as disposições anunciadas pelas lideranças do PMDB tanto na Câmara quanto no Senado. A sua promessa é a de empenhar-se para que seja revisto o dispositivo regimental que permite o pagamento do jeton ao parlamentar ausente do plenário, contra o qual não prevaleceram paliativos tentados na sessão legislativa anterior.

Condenável em si, a prática do pagamento ao

ausente é agravada pelo fato de sobre o jeton não incidir a cobrança do imposto de renda. Moralmente, a permanência dessa isenção é ainda mais insustentável por ter-se originado de manobra do executivo na era dos governos militares. Foi uma compensação que a ditadura fez ao Congresso pela redução dos seus poderes, uma espécie de compra do seu silêncio. Injustificavelmente, o jeton escapou à lâmina do trator que no ano passado andou removendo, com presteza, boa parte do chamado lixo autoritário.

Esta é a hora mais propícia para que o Congresso se penitencie de suas fraquezas e afine os instrumentos para se harmonizar com os sentimentos da população brasileira. Todos aceitaram de bom grado fazer sacrifícios a fim de que o governo tenha êxito na batalha contra a inflação. Por que só o Congresso ficaria à margem dessa corrente de civismo e boa vontade?

Nas atuais circunstâncias, apegar-se a regalias herdadas do autoritarismo seria não apenas imoral mas também suicida. Ao contrário do que ocorreu em 1985, quando os parlamentares puderam manter invicto o seu fortim de mordomias, desta vez a barragem de fogo promete ser arrasadora. Eles estarão sob a vigilância de 120 milhões de fiscais, que não hesitarão em autuá-los por suas infrações morais no momento de depositar nas urnas os votos do próximo 15 de novembro.